| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA | | | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|---|---|---|---|
| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
| 15 02 2017 | 15h | 7ª SESSÃO ORDINÁRIA | 1 |

**TERCEIRA SECRETARIA**
**DIRETORIA LEGISLATIVA**
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**
**SETOR DE TAQUIGRAFIA**
**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA**

# ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª (SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não se verificando o *quorum* necessário para a realização da sessão, conforme disposto no art. 109, § 4º, a Presidência vai suspender os trabalhos por trinta minutos.

Aproveito para convidar os Deputados para descerem para o plenário, a fim de darmos início à sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h, a sessão é reaberta às 15h30min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

"Memorando nº 250, de 2016.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|---|---|---|---|
| 15 02 2017 | 15h | 7ª SESSÃO ORDINÁRIA | 2 |

Solicito a V.Exa. que seja tornado sem efeito o Memorando nº 250, de 2016, GDRD – GAB 4, de 15 de novembro de 2016, anexo a este que trata de 'Mudança de Nome Parlamentar'.

Atenciosamente,

Delmasso. Deputado Distrital. PODEMOS/DF."

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou fazer um questionamento que tenho feito aqui sempre.

Nós estamos começando uma nova gestão nesta Casa. Hoje, já é 15 de fevereiro. No Brasil inteiro, as coisas já estão funcionando; mal, mas estão. O Judiciário está funcionando muito mal. O Legislativo Federal só funciona para tirar direitos de trabalhadores. O Executivo, na verdade, eu tenho dito e vou reafirmar, é uma quadrilha que tomou de conta do Palácio do Planalto. Mas estão lá. Portanto, não é correto que, depois do recesso, a gente queira dar razão àqueles que dizem que no Brasil as coisas só começam depois do carnaval. A Câmara Legislativa não pode ficar esperando um samba para poder funcionar, até porque tem gente que samba e outras que não sambam. Não é correto que, num dia de quarta-feira, às 15h – V.Exa. esperou, cumpriu o Regimento –, não haja seis Deputados para que possamos falar. Felizmente, antes de eu pedir a palavra, chegaram os seis para podermos prosseguir.

Eu quero fazer um apelo para que V.Exa. decida logo o dia da eleição, que eu espero seja na terça-feira, para que possamos resolver isso de uma vez por todas e colocar esta Casa para funcionar. Eu quero colaborar com a gestão de V.Exa. Eu quero que a Câmara Legislativa funcione. Portanto, ao eleger as comissões, pelo menos acabaremos com esse obstáculo de dizer que a Câmara não funciona porque não temos as comissões. Vamos eleger e aí vamos ver por que não funciona.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está marcada para terça-feira, Deputado Chico Vigilante, a eleição.

Agora eu queria colocar que a Câmara Legislativa tem funcionado – inclusive funcionou no recesso. Ontem mesmo, tive uma audiência pública, chegamos a fazer a votação de requerimentos e moções com o plenário funcionando. Eu estive, nesta semana, na segunda-feira à tarde, na Câmara de Goiás, que ontem voltou a funcionar. Eu estive com o presidente. Trabalhamos algumas parcerias. Iremos reunir os presidentes dos Legislativos do Centro-Oeste. Então, há um metabolismo acontecendo na Casa. Conseguimos publicar os blocos – falta apenas um bloco. Estamos com tempo regimental. Para terça-feira, já está marcada a eleição das comissões.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|---|---|---|---|
| 15 02 2017 | 15h | 7ª SESSÃO ORDINÁRIA | 3 |

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco União por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil inteiro tomou conhecimento, a partir das 10h, de uma pesquisa científica feita pela CNT/MDA, parece-me que contratada pela Confederação Nacional dos Transportes – portanto, é uma entidade que não tem absolutamente nada com o Partido dos Trabalhadores – que aponta, para a minha satisfação e a de milhões de brasileiros, o Presidente Lula em primeiro lugar na intenção de votos.

Lula está com 30,5%. Marina Silva embolada com o Bolsonaro estão com 11%. Muita gente se assusta com esses votos do Bolsonaro, mas até que enfim a Direita brasileira está mostrando a cara. É importante que mostre. Onze por cento estão dispostos a votar em um sujeito que é homofóbico, racista e tudo. O Brasil não precisa.

Quando vai para o segundo turno, nós estamos com o Presidente Lula ganhando disparado de todos. Eu não tenho notícia, Deputado Agaciel Maia, de nenhum ser humano na face da Terra ter sido tão escrachado como Lula tem sido. Perseguido em todos os sentidos pela parte forte do Judiciário, pelo Ministério Público e pela grande mídia. Mas, para nossa felicidade, não estão conseguindo abater o Lula.

Isso é importantíssimo, especialmente para o povo brasileiro. Quanto mais eles batem, mais o Lula cresce. É a demonstração de que o povo brasileiro efetivamente sabe o que quer, espera o retorno do Lula para que a gente possa livrar o Brasil dessa quadrilha que tomou de conta do Palácio do Planalto. Quadrilha que só se preocupa em acabar com direitos.

Vejam aí a situação de querer que as mulheres se aposentem aos 60 anos de idade. O trabalhador, para ter aposentadoria integral, terá que ter 49 anos de contribuição. Não conheço ninguém que chega a 49 anos de contribuição para poder se aposentar. Está aqui na minha frente o Deputado Agaciel Maia que tem quarenta anos de serviço público. Mas, se fosse já nesse regime dos golpistas, S.Exa. teria que trabalhar mais nove anos para se aposentar com aposentadoria integral. Querem praticamente liquidar com a aposentadoria de trabalhadores rurais porque só poderá se aposentar o trabalhador rural que contribuir com a Previdência. Realmente, é um negócio muito grave.

O caso do serviço público: não há um segmento de trabalhadores que tenha sido mais maltratado, espezinhado do que o do servidor público por esses golpistas. Felizmente, o povo agora começa a dar o troco. Estão conscientes. É importante que haja eleições diretas agora para tirar esse golpista ditador lá o Palácio do Planalto.

Aí eu fico olhando o tanto que a Justiça está sendo parcial no Brasil. Na hora em que a Dilma nomeou o Lula como ministro, isso não pôde. O Supremo Tribunal Federal disse que não podia. Porém, o "gato angorá" agora pode. Eu estava ouvindo hoje uma música lá da *BandNews*, do programa do Boechat. Eles criaram a Marchinha do Gato Angorá. Fala do gato, que é o Moreira Franco, acalentando o Temer. A música está muito interessante. Vai fazer um sucesso danado.

Portanto, fico feliz com esse desempenho do Lula e tenho certeza de que o Lula e a Esquerda brasileira voltarão ao poder novamente a partir de 2018. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acabo de sair de uma reunião lá na Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal e queria aqui registrar que estão em estágio bastante avançado os decretos do governo para regularizar a situação do Pró-DF lá de Santa Maria, Guará – e me parece que o de São Sebastião está em estágio mais avançado ainda. É uma resolução extremamente exitosa de uma demanda antiga que, naturalmente, vai equacionar inúmeros problemas. Também está sendo gestado um projeto de lei para corrigir algumas distorções do programa.

Por último, quero registrar a ligação de ontem do Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento, Dr. Dalmo, que informou a publicação da nomeação dos 211 professores para a rede pública. Houve um exaustivo esforço do meu colega Deputado Prof. Reginaldo Veras, nosso e naturalmente de outros colegas para que isso acontecesse. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, quero, nesta tarde, aqui na tribuna, Deputado Wasny de Roure e Deputado Prof. Reginaldo Veras, falar de um assunto que vem assolando o Distrito Federal durante muito tempo e para o qual eu acredito que, hoje, nós começamos a ter uma solução.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|---|---|---|---|
| 15 \| 02 \| 2017 | 15h | 7ª SESSÃO ORDINÁRIA | 5 |

A saúde no Distrito Federal, Deputado Joe Valle, tem sido o principal problema apontado pela sociedade da Capital da República. Os serviços que estão sendo prestados – todos nós reconhecemos, inclusive o próprio Governador – são muito ruins. Contudo, na manhã de hoje, o Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, Dr. Humberto, anunciou a nova política de atendimento à atenção primária da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Deputado Joe Valle, V.Exa. foi o idealizador da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Nela, o Secretário de Saúde, durante o ano passado, nas quatro audiências de prestação de contas, reafirmou que, para melhoria do atendimento e da qualidade do atendimento da saúde pública do Distrito Federal, era necessário mudar o paradigma, quebrar o paradigma do atendimento na saúde que acontece na Capital da República, que eu chamo de um atendimento hospitalizado. Só para vocês terem uma ideia, dados da própria Secretaria de Saúde: de cada dez pessoas que procuram os prontos-socorros ou as emergências, oito deveriam ser atendidas por uma estratégia de atenção primária voltada à saúde da família.

Hoje o Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal anuncia essa mudança, Deputado Prof. Reginaldo Veras, colocando a estratégia da saúde da família como a principal base de atendimento da atenção primária na Capital da República. O modelo da atenção primária no Distrito Federal passará, a partir de hoje, por meio da Portaria nº 77, de 2017, por mudanças profundas. O objetivo é que todas as unidades básicas de saúde funcionem agora não só como unidade básica de saúde, mas funcione como unidade básica de saúde da família. As unidades básicas marcarão as consultas para as outras especialidades.

Com a implementação da Estratégia Saúde da família, cada equipe do programa Estratégia Saúde da Família vai atender em torno de 3.750 pessoas. E ainda neste ano, o Distrito Federal vai chegar a ter 571 equipes, Deputado Wasny de Roure. A meta do governo é encerrar este ano com 75% de cobertura no Estratégia Saúde da Família. Ou seja, nós vamos mais do que dobrar, porque hoje esse percentual não chega a 40%. O percentual hoje é de 38% de cobertura do programa Estratégia Saúde da Família. E a meta apontada pelo governo, implantando essas 571 equipes e cada equipe atendendo 3.750 pessoas, é chegar a 75% de cobertura.

Com isso, Deputado Bispo Renato Andrade, com certeza, nós vamos diminuir os fluxos nos hospitais, e diminuindo o fluxo nos hospitais vão acontecer duas coisas: primeiro, só vai para o hospital quem tiver realmente necessidade; e, segundo, as equipes da saúde da família vão conhecer e ter uma atuação de realidade local. Ou seja, cada localidade vai ter um atendimento que eu digo especializado, voltado principalmente para as demandas daquela localidade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. por essa preocupação, essa busca de solução do problema de saúde de Brasília, mas é muito importante, eu tenho dito isso – falei ontem em plenário novamente –, a gente zerar as filas que existem, seja na área ortopédica, seja na área de exames cardíacos... E nós estamos contando com um fator favorável: dada a grande migração dos planos de saúde – a população não está aguentando pagar plano de saúde; então, um percentual muito alto está pedindo para sair dos planos de saúde porque não têm condição de pagar as prestações nem a contribuição –, aproveitarmos que existe uma capacidade ociosa dos hospitais particulares. Isso pode ser feito através de convênio com o Governo do Distrito Federal, dentro das unidades padrões que existem para os exames, e assim zerarmos toda essa demanda represada que há de exames.

A partir daí, quando não houver mais nenhuma demanda do que deixa a população mais irritada, que é esperar três horas da manhã para entrar numa fila para marcar um exame e depois não saber quando vai ser atendido... Eu acho que o primeiro botão a apertar para resolver essa questão é exatamente isso. É zerar tudo. Alguns estados estão fazendo isso. Há iniciativa, no Estado de São Paulo também, de alguns municípios que fazem convênio com a rede particular.

Fazem convênio com a rede particular. Todo mundo que está esperando exame é atendido, e a partir daí se organiza a Secretaria, partindo exatamente para essas soluções que V.Exa. está dando. Então, parabenizo V.Exa., isso é necessário. As pessoas que estão esperando para fazer seus exames precisam fazer esses exames. A grande crítica à Secretaria de Saúde é exatamente esta: a demora no atendimento.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

Peço ao Deputado Joe Valle que me dê mais um tempo para eu explicar um pouco do programa Estratégia Saúde da Família, Deputado Agaciel Maia. O Estratégia Saúde da Família vai mudar o padrão de atendimento. A clínica médica, a ginecologia e a pediatria, que compõem o modelo tradicional – por meio delas se gera a demanda de exames –, mudariam e, a partir da portaria de hoje, você vai ter médicos da família. Os médicos da família vão ter uma equipe formada por enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários.

O que chamamos de centro de saúde vai mudar de nome – não só de nome, mas de estratégia – e se transformar, Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Agaciel Maia, em Unidades Básicas de Saúde da Família. Ou seja, essas unidades, segundo o próprio Secretário disse, estarão equipadas para fazer esses pequenos exames. Com isso, para vocês terem ideia, nós vamos reduzir em 70% a demanda que é levada para o hospital. Eu cheguei ao Hospital de Brazlândia, e uma pessoa estava esperando há mais de nove horas para ser atendida. O que é importante,

Deputada Luzia de Paula, é que haverá esta mudança: em vez de a pessoa ir ao hospital, na realidade, é o médico que irá à casa de cada pessoa.

Faço aqui uma pontuação. O Estratégia Saúde da Família obviamente não começou neste governo. Foi inaugurado aqui na época do governo do atual Senador Cristovam Buarque. Quando ele foi governador pelo Partido dos Trabalhadores, implantou o chamado Programa Saúde da Família. Esse programa foi muito exitoso e na época funcionava muito bem. Houve esse resgate, um aprimoramento.

Com certeza, nós acreditamos – todos os especialistas na área de saúde apontam isso, Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Wasny de Roure – que quando existem investimentos na atenção primária, eles são transferidos pelo Sistema Único de Saúde por meio do Ministério da Saúde, e era necessário que Brasília implementasse isso para melhorar a qualidade no atendimento.

A portaria assinada pelo Secretário de Saúde traz sete diretrizes que serão adotadas para o bem-estar da família. A primeira diretriz será o acolhimento; a segunda, a classificação de risco; a terceira, a resolubilidade, a territorialização, o acompanhamento, a garantia de acesso e a ordenação dentro da rede pública. O principal objetivo do projeto é aumentar a cobertura das equipes do Estratégia Saúde da Família, para conseguir frear a grande demanda nas emergências.

A Secretaria de Saúde reformulou a política de atenção primária, responsável por atendimentos como consultas, exames de rotina e ações de prevenção – por exemplo, contra o câncer. Agora o serviço será realizado pelas equipes do Estratégia Saúde da Família. A revisão atinge um setor que o Executivo local pretendia repassar para outras organizações. No acolhimento, a orientação é assegurar que o paciente relate de forma clara os seus problemas.

A Secretaria de Saúde também vai ampliar a meta do Estratégia Saúde da Família até 2018, de 62% para 75%.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, cumprimento V.Exa. pela eloquência, mas eu queria – com toda a consideração, com toda a vênia a esse importante cargo que V.Exa. exerce de Líder do Governo nesta Casa – fazer duas solicitações a V.Exa. A primeira delas – eu espero que o Presidente desta Casa preste atenção –, é que nesse trabalho de auditoria do sistema de transporte, do cálculo da tarifa técnica, seja permitido um acompanhamento por parte desta Casa, principalmente sobre como esse estudo contratado pela FGV vai fazer a avaliação e a revisão do cálculo da tarifa técnica. Essa é a primeira demanda que solicito a V.Exa.

Eu sei que V.Exa. coordena a Frente Parlamentar Evangélica. Eu gostaria de solicitar, por meio de V.Exa., uma audiência com o Governador para discutirmos a

demolição da Igreja Assembleia de Deus Alimentando Vidas, na Quadra 304, Lote 4 de Samambaia. Eu poderei encaminhar essa solicitação a cada um dos colegas Deputados, e eu sei que o Deputado Bispo Renato Andrade a conhece bem. Eu fiz um longo e detalhado expediente pedindo que os colegas Parlamentares fossem convidados para uma discussão com ele sobre esse lamentável e deplorável episódio ocorrido na cidade de Samambaia. Que nessa ocasião possamos convidar a autoridade local, que é o pastor da igreja, para acompanhar essa conversa com o Sr. Governador. Ele é presidente de um dos conselhos de pastores – hoje são várias entidades – daquela cidade.

Muito obrigado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, primeiro eu gostaria de parabenizá-lo pela ênfase que V.Exa. tem dado à saúde. É pena, V.Exa. vai virar Secretário de Estado, e para nós será uma perda enorme.

Com relação ao que o Deputado Wasny de Roure falou sobre tarifa técnica, aumentaram-se as passagens. Como disse o Deputado Agaciel Maia, ninguém vai tirar da mente do povo que foi o Governador que aumentou as passagens para cinco reais, mas isso poderia ter sido evitado. Nós encaminhamos um relatório da CPI do Transporte ao Governador Rodrigo Rollemberg. Se ele tivesse dado um pouco mais de atenção ao relatório, poderia ser implementado aquilo que nós sugerimos a ele.

Essa questão da tarifa técnica é uma sangria, e não adianta deixar isso por parte do governo. O Deputado Wellington Luiz está na Presidência, o Deputado Joe Valle deu uma saidinha. Eu gostaria de solicitar que nós, que fizemos parte da CPI, de alguma forma pudéssemos fazer parte desse acompanhamento dos estudos que vão impactar decisivamente a vida da população. Espero que, de fato, feito isso, o preço das passagens venha a ser reduzido, porque dá para ser reduzido.

E mais ainda, Deputado Delmasso, grande Líder do Governo, há duas sentenças transitadas em julgado – claro que cabem recursos –, determinando o cancelamento da licitação. O Governador Rodrigo Rollemberg faria um grande bem ao Distrito Federal se fizesse nova licitação. Vejamos bem: a primeira sentença já vai fazer dois anos. Foi dito que não haveria tempo de se preparar uma licitação. Se tivessem preparado lá atrás, já teríamos tido uma nova licitação, a sangria não estaria do tamanho que está e os preços de passagens teriam sido reduzidos.

Então, faço esse pedido a V.Exa. Esse é um assunto que o Governador precisa discutir, e eu acho que seria um gesto de grandeza da parte dele. De V.Exa. já sabemos que podemos esperar. Quem sabe os membros que compuseram a CPI

do Transporte poderiam ser convidados para debater isso com ele ou com as pessoas da Secretaria de Mobilidade.

Em segundo lugar, sobre aquilo que o Deputado Wasny de Roure disse sobre templos religiosos, tenho que parabenizar a atitude do Governador, que já começou a entregar as escrituras dos templos religiosos. Mas ainda há muita coisa para se fazer. Fiz uma solicitação a V.Exa., e espero ser atendido nesse sentido. É descabido a um governo, seja ele qual for, mandar derrubar um templo religioso, não importa de qual matiz seja: evangélico, católico ou centro espírita, seja lá o que for. O Estado pode ser laico, mas as pessoas têm uma religião. É inadmissível que se passe por cima de um templo, seja de qual matiz religiosa for.

Eu espero que, de fato, esse pedido do Deputado Wasny de Roure seja aceito, seja discutido e que se pare verdadeiramente tudo isso. Não se podem dar poderes tão ilimitados à Agefis, sem que se negocie; afinal de contas, nós somos aqueles que fazem a ponte entre a população e o Estado, hoje representado pelo Governador Rodrigo Rollemberg. Se não nos ouvem, se não ouvem a Câmara Legislativa, quem sofre é a população.

Não se pode esquecer que hoje, na sua totalidade, a população do Distrito Federal tem alguma religião e, no caso específico daquela de que eu faço parte desde a minha infância, a cristã evangélica, nós somamos quase 1 milhão de habitantes. Eu sou o Presidente da Federação Nacional das Igrejas Cristãs, como V.Exa. sabe. Nós temos tido esse cuidado desse trabalho. Pertenço ao Conselho de Pastores do Distrito Federal, como V.Exa. também pertence. Então, as coisas precisam ser mais bem conversadas, porque nós não representamos apenas essa população. No final de semana, não é apenas a população evangélica que está na igreja, é o parente que é católico, é outro parente que é espírita. Todo mundo está de alguma maneira frequentando a igreja. O Estado é laico, mas o povo tem religião.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Para encerrar a minha fala, antes de responder a esses dois pontos, eu quero dizer que as mudanças apresentadas pelo Secretário de Saúde hoje, Deputado Wellington Luiz, devem ser concluídas em 120 dias. V.Exa. é o Presidente da CPI da Saúde, sabe o que estou dizendo, sabe que um dos principais gargalos que existem hoje na saúde é a falta de investimento e de ação na atenção primária. Esse é apenas um dos gargalos. Existem outros, mas um dos gargalos de atendimento é esse.

O programa Estratégia Saúde da Família será responsável, Deputado Agaciel Maia – isso é importante –, por fazer atendimentos como o pré-natal, acompanhamento o desenvolvimento de crianças de até 2 anos, monitoramento de pacientes diabéticos e hipertensos, rastreamento de câncer, entre outras atividades,

como vacinação, tratamentos odontológicos, consultas, exames de rotina e ações preventivas.

Falando sobre os dois pontos que o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Bispo Renato Andrade citaram, em relação à reformulação da tarifa técnica, eu concordo plenamente. A tarifa técnica do Distrito Federal é a mais alta do País. Por que isso? Por dois motivos.

Primeiro, infelizmente, o contrato que foi licitado não está sendo executado, Deputado Agaciel Maia, porque a proposta apresentada na licitação foi para que se diminuísse a quantidade de linhas e se aumentasse a frequência. Para que as pessoas possam entender, muitas vezes se fala que está demorando muito para pegar um ônibus na parada e que é preciso aumentar o número de linhas. Não. O que é necessário é aumentar a frequência. Numa linha que sai de Taguatinga ao Plano Piloto, há pessoas que aguardam trinta minutos, quarenta e cinco minutos. O que é necessário não é aumentar a quantidade de linhas de Taguatinga para o Plano Piloto, é aumentar-se a frequência dessa linha, ou seja, tirar os carros das linhas que são obsoletas, aumentar o trajeto e a frequência. Com isso, a população que depende do transporte público vai ter diminuído o tempo de espera e vai ser mais bem atendida.

Quanto ao segundo ponto, Deputado Agaciel Maia, só para concluir, é necessário que se façam os investimentos, Deputado Bispo Renato Andrade, que foram colocados na reformulação do programa lançado à época do Governo Arruda, governo de que eu participei e que é do partido de V.Exa., que trouxe o sistema integrado de transporte, que criou quatro grandes corredores com o BRT Gama/Plano Piloto, a ampliação do metrô, o trevo de triagem norte e o BRT, que ainda não saiu do papel, que ligaria o trecho do Recanto das Emas a Interbairros. Com isso, fazendo-se os investimentos em mobilidade, diminuiriam os custos do transporte no Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado, quem fez a licitação do transporte não foi o Governador Rodrigo Rollemberg. Todo esse imbróglio do transporte, de falta de ônibus, de preço de passagem defasada, de festival de gratuidade para alunos ricos que não precisam andar de ônibus de graça, fraudes de pessoas que dizem pegar dezesseis ônibus por dia – é lógico que ele não pega –, caminhões sendo presos cheios de validadores, que são as maquininhas que dizem que você passou na roleta do ônibus e não passou...

Acontece o seguinte: eu daria uma sugestão. Já fiz isso aqui de plenário e faço novamente. O grande crítico do setor de mobilidade de transporte de Brasília é a Câmara Legislativa, e o principal prejudicado de tudo isso é o Governador.

Não foi ele que licitou, não foi ele que inventou nada disso. Ele está pagando 600 milhões só para as empresas de ônibus, para ressarcir gratuidade. Se juntar com o metrô e tudo vai a 740 milhões, conforme o Deputado Wasny de Roure, e ele está levando a culpa de tudo.

Então, se o Governador me ouvisse, eu faria o seguinte: primeiro eu mandava um projeto para a Câmara Legislativa acabando com as gratuidades e dizendo que caberia à Câmara Legislativa definir quem ficaria com as gratuidades e quem não ficaria. Esse seria o primeiro passo. "Então vocês defendem a gratuidade, defendem esse modelo".

É tanto que, quando chegam os 600 milhões para a Câmara pagar, é uma dificuldade para aprovar. A gente aprova a gratuidade, mas quando chega a fatura para pagar, a gente... É duro.

Eu fui Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças junto com o Deputado Wasny de Roure, e nós sabemos. É duro. A gente aprova uma lei para dar gratuidade, mas quando chega a fatura da gratuidade, a gente bate o pé e não quer aprovar.

Então, eu mandaria um projeto para a Câmara Legislativa. Primeiro, eu baixaria um decreto e cancelaria a licitação de ontem. Os discursos dos Deputados não é que precisa cancelar? Está cancelado.

Segundo: eu mandaria um projeto dizendo que caberia à Câmara Legislativa definir quem tem gratuidade e quem não tem. Terceiro: eu colocaria um sistema de identificação digital, porque está havendo fraude aí. Praticamente a metade desses 600 milhões pagos de gratuidade é destinada a pessoas que viajam com o cartão de outra pessoa. O sujeito viaja dez, quinze vezes, o que é humanamente impossível, pois o tempo não é compatível com os períodos de viagem que ele faz.

Se tirar a gratuidade de quem não precisa, de quem é aluno rico, que, às vezes, vem para uma manifestação de carro porque o pai traz, mas, para ir à escola usa o cartão. Pode ser até que ele nem vá para a escola com o cartão, mas dá a alguém para usá-lo.

Em vez de o trabalhador que entra no ônibus e paga R$5,00 (cinco reais) custear isso, custear fraude, custear aluno rico, Deputado Wellington Luiz, Presidente, a passagem poderia baixar, matematicamente falando, de R$5,00 (cinco reais) para R$1,90 (um real e noventa centavos). Isso porque o Governador está com a pecha de ter botado as passagens para R$5,00 (cinco reais). Não tem marqueteiro, mesmo que venha de outro planeta, que tire isso, a não ser que ele mande esse decreto e diga: "Aí, Câmara Legislativa, você que é tão ferrenha nas críticas ao setor de mobilidade social, defina o que vocês querem que eu executo".

Essas passagens que hoje custam R$5,00 (cinco reais), para o trabalhador que pega o ônibus e acaba custeando fraude ou a passagem de quem não precisa, poderiam muito bem baixar para R$1,90 (um real e noventa centavos).

Talvez assim a situação da mobilidade melhore, e essas críticas ao setor de transportes, que caem no colo do Governador, acabariam, e ele poderia fazer desse limão uma limonada.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

Para encerrar, só para falar sobre o segundo ponto, não só por ser Líder do Governo, concordo com atrocidades. Se derrubaram essa igreja, como foi relatado pelo Deputado Wasny de Roure... Sou pastor evangélico, tenho vinte anos de conversão e de profissão da minha fé e não concordo que se mexa com tempo religioso nenhum.

Deputado Wasny de Roure, precisamos é cobrar celeridade para que uma lei para a qual V.Exa. trabalhou quando foi Presidente desta Casa, que teve uma reformulação e houve uma brilhante atuação para tirar alguns pontos da inconstitucionalidade... O que nós precisamos cobrar é que essa lei que foi aprovada nesta Casa, salvo engano, a Lei nº 806, seja executada na sua plenitude, inclusive aqueles anexos que precisam ser desafetados, sobre os quais foram feitos levantamentos, inclusive até mesmo dentro de um acordo construído junto ao Ministério Público.

Então, Deputado Wasny de Roure, quero dizer a V.Exa. que não só vou pedir ao Governador essa audiência, mas que também esteja presente nessa audiência o Secretário de Gestão de Territórios, para que ele assuma o compromisso com o segmento evangélico de, no máximo, até o meio do ano, encaminhar a esta Casa todos os projetos complementares para a regularização definitiva dos templos religiosos na Capital da República.

Não dá para quem faz um trabalho social, para quem resgata jovens, ficar sofrendo ameaças todo tempo e ficar com medo do que pode acontecer quando passa um caminhão da Agefis.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Delmasso, o Deputado Wasny de Roure solicita um aparte antes de V.Exa. encerrar, já que o tema é realmente atraente e importante para o Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, eu conheço o cuidado que V.Exa. tem e tenho sido testemunha. Eu só queria, se V.Exa. me permitir, fazer uma ponderação.

Acho que a iniciativa é brilhante. Acho que temos que fazer de um limão uma grande limonada. V.Exa. está repleto de razão. Apenas corrigindo, é que isso envolve outros segmentos que participam desse projeto e que precisam também dessas iniciativas. Esse caso específico é um caso que não tem cobertura da Lei nº 806, só para não acharem que estamos vendendo gato por lebre. Não é isso. Eu não vou ser leviano. Há alguns quadros de ilegalidade existentes. Não é aqui que eu vou ter condições de aprofundar, mas eu quero passar para os colegas que compõem essa frente este ofício, para que façamos um diálogo bastante transparente e respeitoso com o Governador.

Quem me conhece sabe que eu não sou de agredir ninguém. Agora, eu tenho o dever de alertar. Como é que ocorreu, Deputado? Este imóvel estava ocupado desde 1996 por um senhor que estava com 78 anos e, não tendo mais condições de estar na vida produtiva, mudou-se para a cidade de Anápolis e transferiu esse imóvel para a Assembleia de Deus Alimentando Vidas. A Assembleia de Deus construiu no ano passado, utilizando as estruturas já existentes e implantou a igreja lá. O que ocorreu? Chegou a Agefis na semana passada e, não tendo ninguém no imóvel, arrombou o imóvel, entrou, retirou todo o mobiliário e fez a demolição, momento no qual chegou o pastor dessa instituição, dessa igreja.

Então, a pessoa sem ter nenhum mandato judicial de reintegração de posse... Primeiro, era esse o documento que deveria ter. Pelo menos é o que eu entendo. Então, eu mandei o ofício para o Dr. Júlio, que é o Presidente da Terracap, como também para o Governador. Eu creio que a comunidade, os representantes desse segmento têm que discutir com ele.

Eu entendo que houve um excesso por parte das autoridades e que cabe ao governo reparar numa situação dessa.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Concordo plenamente com V.Exa. Quando eu citei a Lei nº 806, é porque vários templos para os quais já deveriam ter dado andamento estão esperando por isso. Agora, nós aprovamos uma lei nesta Casa que dá o direito de reassentamento a quem está ocupando área irregular. Por que não se propôs o reassentamento desse templo religioso? E aqui não estou falando só por ser templo evangélico, não. Poderia ser templo de qualquer matiz religiosa.

Deputado Wellington, obrigado pela compreensão em relação a esse debate. Para encerrar, eu gostaria de falar, Deputado Agaciel Maia, sobre o transporte público, sobre o que é necessário no Distrito Federal para que se melhore o transporte público. É preciso que nós implantemos, de fato, a integração. É necessário que implementemos os corredores previstos no projeto inicial e que façamos a expansão do metrô. Por que não fazer a expansão do metrô, Deputado Chico Vigilante, para ele atender as comunidades de Santa Maria, do Gama, do Recanto das Emas e do Riacho Fundo II? Por que não fazer a expansão do metrô

para ele chegar até o final da Ceilândia? Por que não fazer a expansão do metrô, Deputado Wellington, para ele atender cidades como Sobradinho e Planaltina? Pessoas dizem que fica muito caro, mas eu conheço projetos no mundo inteiro que conseguem transpassar rochas muito maiores do que as que existem daqui a Planaltina e que são muito baratos.

Obrigado, Presidente, pela compreensão. Que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quero parabenizar o Deputado Delmasso pelo importante tema trazido a esta Casa. Tanto que V.Exa. acabou demorando em razão dos vários apartes feitos pelos Parlamentares.

Fiquei aqui, Deputado Agaciel, um pouco entristecido quando V.Exa. me disse que, caso o Governador ouvisse V.Exa... Se S.Exa. não ouvir V.Exa., não ouve mais ninguém na face da Terra. V.Exa. é o homem mais forte deste governo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – V.Exa. fala, e eu finjo que acredito no que V.Exa. diz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Wellington Luiz, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria incialmente de comunicar a esta Casa que agora já há uma nova campanha sobre o uso dos Correios, franquia dos Correios e gráfica. Quero dizer que protocolei também junto à Mesa ontem um ofício informando que, a exemplo da verba indenizatória que não usei em 2015 e 2016, estou abrindo mão de usar tanto os Correios como a franquia de gráfica em 2017 e 2018, já que isso pareceu ser agora um grande mote político no Distrito Federal.

Eu gostaria, Deputado Chico Vigilante, de enaltecer o dia de hoje, 15 de fevereiro, porque é o Dia Internacional de Combate ao Câncer Infantil. Tenho orgulho de, com os demais membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – Deputado Julio Cesar, Deputado Prof. Israel, Deputado Wasny de Roure e Deputado Rafael Prudente –, termos tido a oportunidade de transformar um crédito de 32 milhões de reais que iria para a Universíade de Verão... É importante o esporte, mas é um evento que demora uma semana e depois o dinheiro desaparece como fumaça. Transformamos essa dotação orçamentária para que fosse expandido, Deputada Luzia de Paula, o Hospital da Criança de Brasília, que tem a finalidade exatamente de fazer o tratamento de crianças acometidas pelo câncer. Hoje, esse hospital, que faz um brilhante trabalho, Deputado Bispo Renato, vai deixar de ter

apenas vinte leitos. Serão acrescidos – e a obra está em execução – 202 leitos e cinco salas médias e grandes de cirurgia para atender bem as crianças. Nada, nenhuma palavra, Deputado Bispo Renato Andrade, terá tanto impulso como a força que nos é passada através da grandeza da luta pela vida vinda de uma criança acometida pelo câncer infantil. Portanto, quero parabenizar os profissionais do Hospital da Criança pelo belo trabalho, pela dedicação às crianças que são acometidas por essa terrível doença.

Outro assunto que eu gostaria de abordar, Deputado Wasny de Roure, é o seguinte: hoje estive fazendo algumas visitas em Planaltina. Estive na Escola Classe nº 13, com o diretor Rivelino e com a coordenadora regional, Sra. Kate Dietrich, e fiquei orgulhoso não de mim, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas porque, mesmo eu estando presente – era a inauguração de um parque e de um estacionamento do qual eu tinha participado com emendas parlamentares –, houve um grande elogio a V.Exa., por parte da coordenadora e de alguns diretores e professores presentes, e ao Deputado Chico Leite. Foi-nos dito que V.Exa. e o Deputado Chico Leite alocavam recursos de suas emendas para a área de educação sem sequer perguntar para onde estavam sendo destinados.

Portanto, há alguns momentos em que ficamos orgulhosos da independência e do reconhecimento de alguns Parlamentares nossos que estão lutando, apesar de muitas vezes não serem reconhecidos, pela melhoria da educação em Brasília.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, a gente tem visto coisas surpreendentes. Na sexta-feira passada, visitei algumas escolas na cidade de Brazlândia. Ao visitar o Centro de Ensino nº 7 ou 8, a diretora mostrou uma sala de aula que estava sendo construída e o processo de cobertura de uma quadra com recursos colocados também pelo Deputado Juarezão, que foi elogiado enormemente. Faço esse registro aqui e quero também elogiar o diretor da regional, Sr. Janduy, porque ele desenvolveu... Enquanto o Doria, lá na prefeitura de São Paulo, está caçando com a polícia os grafiteiros, lá em Brazlândia, o diretor da regional reuniu aqueles que pintam para pintar os muros de algumas escolas de maneira extremamente cativante e estimulante para a população daquela cidade. Isso é demonstração de que você consegue aliar a cultura, a cidade e a escola. Fui, Deputado Juarezão, ao Centro Educacional Infantil, perto daquela região nova de Brazlândia, que é uma escola extremamente importante.

Então, é possível fazer grandes coisas com poucos recursos.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Quero, então, além do elogio, dar os parabéns a V.Exa. e ao Deputado Chico Leite, pela iniciativa de pulverizar, independentemente de a administração ser apadrinhada por deputados A, B ou C – agora extensivos também ao Deputado Juarezão – recursos, pois o mais importante não é o interesse

pessoal nem a visibilidade política. O mais importante é exatamente o bem-estar da comunidade.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Solicito à Taquigrafia que transfira a fala do Deputado Wasny de Roure para questão de ordem após o pronunciamento do Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os presentes, fiz questão de me manifestar hoje aqui primeiro para trazer uma notícia que, na minha opinião, engrandece a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Desde a semana passada, os trabalhadores em cooperativas tinham buscado o socorro junto à Câmara Legislativa, para que se pudesse compor um litígio que já vinha se arrastando há mais de um mês, ou seja, os trabalhadores não recebiam seus salários, a cooperativa alegava que não recebia os repasses, e ficava aquela bola de neve.

Sei, inclusive, que o Deputado Chico Vigilante também já esteve com os trabalhadores acho que lá mesmo, no Setor O, e outros Deputados também foram chamados. Enfim, cada um deu uma cota de contribuição. Mas ontem, com a autorização da Mesa, do Presidente Joe Valle e dos demais integrantes, tivemos a oportunidade de nos reunir com todos os atores envolvidos, Deputada Telma Rufino. Nós nos reunimos com os sindicatos, representando os trabalhadores; com as cooperativas; com o Governo, representado pelo Secretário de Mobilidade; com o diretor do DFTrans; com o responsável pela Sufisa e com alguns Parlamentares. Ali, após uma tarde exaustiva, Deputado Prof. Reginaldo Veras, tivemos a oportunidade de construir uma proposta que era possível. Não era a desejável nem para as cooperativas nem para os trabalhadores, mas era a possível naquele momento, baseada principalmente na seguinte condição: as cooperativas pagariam 15% do salário de dezembro depois de amanhã, na próxima sexta-feira; os trabalhadores retornariam recebendo uma diária de 110 reais e, no dia 10 de março, o processo se findaria com a liquidação total do débito.

Tão logo conseguimos construir isso, os trabalhadores fizeram uma assembleia – aliás, um fato histórico, pois é a primeira vez que os sindicatos rodoviários realizam uma assembleia no auditório da Câmara Legislativa –, em que aprovaram essa proposta construída por múltiplas mãos. Enfim, acho que foi uma grande vitória da Câmara Legislativa. A Câmara Legislativa do Distrito Federal é necessariamente uma Casa onde os conflitos acontecem, mas o grande desafio é

exatamente a gente conseguir construir um consenso em cima disso. E ontem isso aconteceu.

O outro assunto que eu gostaria de abordar, Sr. Presidente, é com relação à questão da Agefis. Eu poucas vezes assumi a tribuna para falar dessa agência fiscalizadora, mas não posso deixar, neste momento, de traduzir o sentimento de muitos trabalhadores desta cidade que têm se sentido ameaçados pela ação administrativa da Agefis. A Agefis está indo aos quiosques e *trailers*, inclusive em Águas Claras, para exigir que os quiosqueiros e trailistas apresentem um documento que quem pode fazer é a administração, Deputado Chico Vigilante.

Então, veja: como é que a Agefis, um órgão que integra a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, exige um documento que ela sabe que tem de ser expedido pelo próprio órgão do governo?

E essa questão de quiosque, Deputado Prof. Reginaldo Veras, remonta lá ao ano de 2008, quando tivemos a oportunidade de, neste plenário, aprovar, com o voto de 23 Deputados, uma lei que regularizava os quiosques do Distrito Federal, ficando a cargo do governo, do Poder Executivo, tão somente fazer o plano de ocupação das cidades. E o governo não faz! Já se passou praticamente uma década, e o governo não faz. Os governos não fazem!

Vejam, é inadmissível que o governo funcione como se fossem pequenas ilhas. A Agefis diz que vai exigir um documento que tem de ser expedido pela administração, que não expede, e no final das contas só quem é prejudicado é o homem de bem que está ali tentando tirar o seu sustento.

Então, como eu sei que este plenário tem a assessoria do Governo, temos aqui algumas pessoas que são da base do Governo, alguns Parlamentares que poderiam também ajudar, a gente pede que alguém possa recomendar que o governo chame a Agefis e lhe dê a diretriz correta de trabalho. Ela só pode exigir aquilo que deve ser exigido. Como é que posso exigir algo que eu é que tenho a obrigação de fazer?

Eu gostaria de deixar registrado isso, Sra. Presidente e Deputados presentes, porque realmente é algo que angustia as pessoas. As pessoas de bem querem trabalhar, estamos vivendo uma crise, estamos com mais de 300 mil pessoas desempregadas no Distrito Federal, e o governo parece que, além de não ter uma agenda propositiva, insiste em atrapalhar a vida das pessoas. Pelo menos não atrapalhe! Se não pode ajudar, pelo menos não atrapalhe! Mas, infelizmente, a Agefis parece que é mais poderosa do que o próprio governo. Eu nunca vi um negócio desse. É a primeira vez, sinceramente, que vejo um negócio desse.

Se alguém quiser discutir negócio de independência funcional, eu discuto. Também sou de uma instituição em que o profissional tem independência funcional, mas ele tem também uma limitação; a limitação é a lei, e a lei normalmente é calcada no bom senso.

Então, Sra. Presidente, eu queria deixar registrado isso. E, se a Assessoria do Governo estiver presente aqui no plenário, gostaríamos que encaminhasse essa questão porque esse é o tipo de problema que o governo não precisa ter! Ele cria um problema para ele mesmo. Não há necessidade de ele ter esse tipo de problema.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu quero aqui aproveitar para parabenizar a ABBP – Associação Brasiliense dos Blogueiros de Política, pois hoje assume uma nova diretoria. É um segmento que vem se organizando a cada dia e que tem hoje, dentro da comunicação, trazido informações ao Distrito Federal e às pessoas.

Então, quero aqui parabenizar toda a diretoria que assume para essa nova gestão e desejar-lhes muito boa sorte. E que realmente contribuam de forma positiva e com notícias do bem para ajudar na caminhada da nossa cidade.

Obrigada, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – De nada, Deputada Luzia de Paula.

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – O Expediente lido vai à publicação.

Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã eu vi e ouvi uma notícia – acho que a maioria da população do Distrito Federal tomou conhecimento dela, porque foi noticiada através da *Rede Globo* de Televisão, no *Bom Dia DF* – de que os cálculos feitos pelo DFTrans para o reajuste da tarifa estão errados. O engraçado disso aí é que foi uma sindicância feita pelo próprio DFTrans. Estão errados, Deputado Raimundo Ribeiro.

Eu pergunto: se estão errados, a população vai continuar pagando pelo erro? Não seria o caso de o Governador, imediatamente, suspender o reajuste, determinar

uma auditoria verdadeira e chegar aos números adequados? Essa informação é de uma gravidade! Se os números estão errados, se os dados para a composição estão errados, a população está sendo roubada. Estão metendo a mão no bolso da população e tirando na mão grande. Portanto, é preciso que o Governador tenha coragem e, imediatamente, suspenda o aumento, faça uma auditoria, puna quem apresentou os dados errados. Porque, se os dados são a mais, é para beneficiar empresas. Se é para beneficiar empresas, alguém está mancomunado com elas para ter lucro fácil, roubando do usuário. Isso não tem outro nome, é ladroagem, e a gente não pode, efetivamente, conviver com isso nessa cidade.

Eu pergunto: os desembargadores da Justiça, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, também não incorreram em um erro? Porque, se os dados do Executivo estão fraudados para mais, o tribunal também teria de anular aquela decisão que ele tomou sobre o reajuste.

Eu estou chamando a atenção desta Casa para a gravidade disso porque, nesse momento, em sendo procedente essa informação, a população está sendo roubada na mão grande. Estão indo para o bolso de alguns milhões que estão sendo tirados dos usuários de transporte público do Distrito Federal, e isso não é correto.

Há um segundo ponto que eu vou abordar no dia de hoje. Eu estava ouvindo há pouco o Deputado Delmasso traçar aqui uma estratégia da saúde da família, muito bonita no papel – parece que ele esteve com o Secretário de Saúde, que montou toda a estratégia. Eu lamento dizer para o Deputado Delmasso que, depois, daqui a um ou dois meses, S.Exa. terá de voltar aqui para pedir desculpas à população do Distrito Federal, porque, daquilo ali, com aquela equipe da Secretaria de Saúde, não vai ser viabilizado justamente nada. Ou nós estamos nos esquecendo de que a saúde do Distrito Federal está há dois anos em estado de emergência? Deputada Telma Rufino, decreta-se estado de emergência para comprar mais fácil. Há mais de 560 milhões de reais no Fundo de Saúde e os caras não gastam porque são incompetentes, porque não têm entrosamento, porque o secretário não entende efetivamente o assunto. Portanto, eu até acreditaria em uma mudança se o Governador Rodrigo Rollemberg tivesse a coragem de demitir toda cúpula da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e colocasse lá gente competente.

Eu passei seis meses aqui denunciando a incompetência do Dr. Joaquim, ex-secretário. Eu passei seis meses denunciando. Antes do Fábio Gondim, houve o Joaquim. Portanto, a partir de hoje, todo dia vou denunciar a incompetência da Secretaria de Saúde com dados. Como é que vai mudar, como é que tem uma nova estratégia, Deputada Telma Rufino, se são incapazes de comprar reagente, são incapazes de comprar agulha para aplicar insulina, ou a própria insulina, são incapazes de consertar as caldeiras.

O Dr. Bailon já deu o rumo de como tem que ser feito. O Dr. Bailon é um médico da Ceilândia. Por alguns dias foi Diretor da Regional Oeste – a Deputada

Luzia de Paula o conhece e sabe da competência dele. Ele implantou um sistema elétrico nas caldeiras da Ceilândia. Não se gasta mais óleo diesel e não quebra mais. Estão lavando quase todas as roupas dos hospitais do Distrito Federal. Portanto, solução existe. Falta competência e seriedade na saúde do Distrito Federal e, com essa turma que está aí, ela vai se afundar cada dia mais.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente Deputada Telma Rufino, antes de tudo, é uma alegria vê-la presidindo os trabalhos. É sempre bom ter uma mulher à frente de uma sessão na Câmara Legislativa.

Sra. Presidente, apenas quero justificar a minha ausência, porque preciso me ausentar do plenário. Quero passar a liderança do meu bloco para o Deputado Prof. Reginaldo Veras que está presente, visto que temos uma reunião agora na Casa Civil. O Deputado Wellington Luiz e o Deputado Wasny de Roure já se deslocaram para lá. Vamos ver se conseguimos avançar na questão da paridade no tocante à Polícia Civil do Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu levantei essa questão em cima do pronunciamento do Deputado Chico Vigilante que propõe que, por uma questão de cautela e bom senso, o Governador suspenda aquela bobagem que fez lá atrás no que se refere ao aumento das passagens.

Agora nós não estamos mais discutindo a competência da Câmara Legislativa para aprovar um projeto de decreto legislativo. Agora nós estamos discutindo uma denúncia formulada pelo próprio órgão do GDF que reconhece que os cálculos estão errados. Se restar um pouquinho de bom senso, se o Governador tiver um surto de bom senso, que ele imediatamente – ele tem uma boa-vontade com o Deputado Chico Vigilante – atenda essa recomendação, já que não atendeu a nossa, nem a minha, nem do Deputado Wellington Luiz, nem do próprio Deputado Chico Leite, nem de vários outros Deputados, como o próprio Deputado Joe Valle. Espero que o Governador, por uma questão de cautela e por uma questão de prudência, suspenda isso porque o simples fato de o órgão denunciante ser do próprio governo já é uma demonstração clara – aí o dolo ou a culpa se verificam mais tarde – de que, já se sabe, existe um erro que tem infligido um dano enorme à população do Distrito Federal. Aquele sujeito, aquele cidadão que nós apelidamos de passageiro acaba de saber pelo resultado dessa auditoria, desse estudo feito pelo próprio DFTrans –

Transporte Urbano do Distrito Federal –, que ele está tendo o seu dinheiro subtraído, Deputada Telma Rufino.

Então, por uma questão de bom senso, para não incorrer numa conduta delitiva continuada, o governo deveria – aí eu me solidarizo com o Deputado Chico Vigilante, compartilho da proposta dele, até digo mais, considerando que comigo eles não têm nenhuma consideração – atender, pelo menos, ao apelo do Deputado Chico Vigilante e suspender esse aumento da passagem.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Continuam os Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, volto a esta tribuna para responder ao Deputado Chico Vigilante.

Deputado Chico Vigilante, eu sou uma pessoa otimista. Eu acredito que qualquer mudança pode trazer benefícios. Eu acredito que as pessoas que compõem esse governo são pessoas de bem, são pessoas que querem o bem de Brasília. Não só as que compõem esse governo, mas qualquer tipo de pessoa que passa por um governo, querem o bem da cidade. Por isso que eu vim com tanto entusiasmo a esta tribuna falar sobre a mudança de estratégia de atendimento, tendo em vista que isso foi um dos principais pontos que foram identificados como um problema do atendimento da saúde pública do Distrito Federal.

Eu acredito que só a boa vontade do Secretário de estabelecer a portaria, prazo, meta, quantidade de atendimentos que vão ser feitos por equipes, quantidade de médicos da família que vão ser colocados nas unidades básicas de saúde da família, já é um avanço, ou seja, é melhor do que não fazer nada. É melhor do que parar e ficar olhando as coisas acontecerem. Infelizmente, a saúde pública do Distrito Federal é uma das piores do nosso País.

Eu posso, lá na frente, até vir aqui e dizer que o sistema não tenha funcionado, mas eu louvo a atitude de coragem de enfrentar e mudar o atual sistema, que se arrasta e colocou a saúde pública no nível em que ela está hoje, porque isso não é fruto deste governo, isso não é fruto também, somente, do governo passado, isso é fruto do descaso de diversos gestores que passaram naquele órgão e que sequer tiveram a coragem de implementá-la, de estabelecer metas, de estabelecer quantidade de atendimentos que vão ser feitos pelas equipes do Saúde da Família.

Quero falar de outro ponto. Hoje a Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, divulgou os dados do Disque 100. No ano de 2016, foram registradas, em todo o País, 77.290 denúncias contra a violação de direitos de crianças e adolescentes.

Deputado Chico Vigilante, Deputada Luzia de Paula, que faz um trabalho com crianças, saibam que o período de carnaval do ano passado – entre 5 e 24 de fevereiro – corresponde a 17,4% do citado valor. O canal Disque 100 recebeu, de janeiro a dezembro, olhem o número, mais de duas mil denúncias de pornografia infantil. Também no caso do ano passado, foram registradas 190 denúncias de violações ou abusos relacionados a orientação sexual.

Deputado Rafael Prudente, V.Exa. que é membro da CPI da Pedofilia junto comigo aqui nesta Casa, saiba que foi constatado, aqui no Distrito Federal, segundo dados que foram divulgados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, um aumento na quantidade de denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes na Capital da República. Especialistas ouvidos até pela própria Secretaria Especial de Direitos Humanos detalham, Deputado Raimundo Ribeiro, que nem 10% dos abusos que acontecem com as nossas crianças são denunciados nos canais que são disponibilizados. Isso por dois motivos: primeiro, por medo de retaliação do agressor. O agressor, muitas vezes, quando comete esse tipo de crime, ameaça a vítima e a família. E muitas vezes o agressor é membro da família. E o segundo ponto é a vergonha. A vergonha de se denunciar que uma criança foi abusada por um membro da família.

Eu falei dois pontos, mas quero aqui adicionar mais um, Deputado Rafael Prudente. Muitas vezes, quando uma criança conta que foi abusada, a família não acredita que ela foi abusada. A família acha que é uma história, uma invenção. E isto – uma criança que foi abusada e não tem um tratamento adequado – causa sequelas irreparáveis na vida daquela criança, que vai se tornar um adolescente e posteriormente vai se tornar um adulto traumatizado.

Estudos feitos pela Universidade de São Paulo – USP demonstram, Deputado Chico Vigilante, que 70% dos abusadores, dos pedófilos, foram abusados quando crianças. Ou seja, a cada dez pedófilos, sete foram abusados quando crianças. Por isso que esta Casa acertou em abrir a CPI da Pedofilia. Nós estamos investigando diversos casos – Deputado Rafael Prudente é testemunha – de pedófilos. Um, inclusive, foi preso pela Polícia Federal com dois HDs de 1 terabyte cada, 2 terabytes de imagens de crianças sendo abusadas. E ali existiam imagens até dele praticando abusos com crianças e adolescentes. Então, eu quero citar isso, o trabalho que a Secretaria Especial de Direitos Humanos tem feito e o trabalho que esta CPI tem feito combatendo a pedofilia na Capital da República.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|---|---|---|---|
| 15 / 02 / 2017 | 15h | 7ª SESSÃO ORDINÁRIA | 23 |

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Ouvindo o entusiasmo do Deputado Delmasso ao falar da questão da estratégia montada pelo Secretário de Saúde, posso afirmar aqui que isso se enquadra perfeitamente naquela anedota que existe do Garrincha. O técnico chegou para o Garrincha e falou: "Garrincha, você vai lá, dribla pela direita, pela esquerda, vai pelo meio, conduz a bola e chuta ao gol." E o Garrincha olhou para ele e disse: "Ok, professor. O senhor combinou com os russos?" Esse é o problema. A secretaria baixa uma portaria sem conversar com os profissionais. E posso afirmar a V.Exa. nesse momento que vai piorar porque os médicos que ele está colocando para fazer assistência de família não foram treinados para essa função. Vai piorar.

Eu tenho notícia, não vou dar nome agora, de médicas pediatras que agora, em função disso, estão largando a pediatria do centro de saúde. Portanto, os filhos das pessoas que estão lá – estou falando de centros de saúde lá do P Sul –, a partir da próxima semana, já não terão mais atendimento de pediatria. Isso é grave. Primeiro, inventaram uma fantasia chamada OS. Batemos, batemos, conseguimos destruir. Não se fala mais de OS, não é isso? Não se fala mais de OS. Nós ganhamos essa parada.

E agora vem com essa de um decreto, de uma portaria, porque ele não pode baixar decreto sem combinar com os profissionais. Deputada Luzia de Paula, V.Exa. que é profissional de educação sabe que se você quiser fazer uma coisa bem feita, combina primeiro com os profissionais. Não combinou. São incompetentes. A cada dia que passa, a saúde afunda mais. O cara tem uma montanha de dinheiro e é incapaz de comprar uma agulha para aplicar insulina, comprar reagente, comprar lençol de cama, consertar as camas dos hospitais. Aí, vem dizer que basta baixar uma portaria que vai funcionar tudo! Se fosse assim, já deveria ter baixado a portaria há muito tempo.

DEPUTADO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com todo o respeito que eu tenho ao Deputado Chico Vigilante, essa foi uma demanda que foi apresentada pelos sindicatos das categorias. Pelo Sindicato dos Enfermeiros.

Eu me lembro dessa demanda que foi apresentada em uma audiência pública, feita pela Comissão de Fiscalização desta Casa, a qual eu presidia, e que o próprio Sindicato dos Servidores da Saúde, representado pela Dra. Marli, disse que a saída era fortalecer a atenção básica e implantar o Programa Saúde da Família, e que todos os profissionais da saúde concordavam com essa estratégia.

Ela disse isso aqui, pode se resgatar em notas taquigráficas. Inclusive, o próprio Presidente do Conselho de Saúde, Dr. Helvécio, que é servidor da Secretaria de Saúde, também apresentou isso. É uma resolução do próprio Conselho de Saúde, que diz que a Secretaria de Estado de Saúde deve implantar o programa Saúde da Família. Esse programa, Deputado Chico Vigilante, foi resgatado do Governo Cristovam Buarque, que era do partido de V.Exa., e que na época funcionou muito bem com, obviamente, o acordo de todas as partes.

Então, eu acredito que os sindicatos servem para representar o interesse das categorias. Quando uma categoria vem a esta Casa e defende a implantação do programa Saúde da Família, eu acredito que aquele presidente está falando em nome da sua categoria.

Da mesma forma, nós tivemos aqui o Presidente do Sindicato dos Médicos, que falou a mesma coisa. Disse que o Estratégia Saúde da Família era a saída para a melhoria do atendimento na saúde do Distrito Federal.

Concordo com V.Exa. que a execução orçamentária que é feita na Secretaria da Saúde deixa a desejar. E nisso, eu fiz um discurso na semana passada sobre a flexibilização dos blocos de investimentos no Sistema Único de Saúde. Hoje, no Sistema Único de Saúde, a execução é extremamente engessada, Deputado Rafael Prudente, porque ele se coloca em seis blocos de financiamento, e quando você acaba o recurso, como, por exemplo, na atenção da farmácia, você não pode tirar da vigilância sanitária para complementar o recurso de compra de medicamentos, porque esse bloco de financiamento é engessado, você não pode fazer transposição de recurso.

O atual Ministro da Saúde está publicando uma portaria em breve que vai flexibilizar, criando, Deputada Luzia de Paula, somente dois blocos de investimento, dois blocos de custo do SUS, que é o bloco de investimento e o bloco de custeio; isso facilitando, e muito. E até mesmo esses recursos podem ser utilizados para pagar dívidas anteriores com os fornecedores a que a Secretaria de Saúde ainda deve do governo passado.

Então, só para deixar clara que essa estratégia foi defendida aqui pelos sindicatos, foi defendida aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, pelos sindicatos da categoria. Ou seja, quem "não combinou com os russos" foram os presidentes dos sindicatos, ou foi o Secretário de Saúde? Essa é a pergunta que eu gostaria que alguém respondesse.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|---|---|---|---|
| 15 \| 02 \| 2017 | 15h | 7ª SESSÃO ORDINÁRIA | 25 |

Não havendo *quorum* para deliberação e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h58min.)